

O recado para o mercado

Presidente Fernando Henrique sabe que não tem como obter, no curto prazo, uma redução significativa nos índices de desemprego e no déficit das contas públicas. Qualquer política aí só pode produzir resultados no médio e longo prazos. Mas o presidente pode atuar sobre as expectativas – e foi o que tratou de fazer na entrevista coletiva da última quarta-feira.

Desemprego, mostram as pesquisas de opinião, é a preocupação dominante das famílias brasileiras e, pois, um assunto de forte impacto político. Déficit público não chega a ser um tema popular, mas é questão essencial para o chamado “mercado” – especialmente os investidores externos.

A opinião pública responde, no momento decisivo, com votos. Mas as eleições serão daqui a pouco mais de quatro meses, de modo que há tempo para esperar resultados melhores ou para explicar a situação.

Já os investidores, se assustados, podem sacar seus recursos de um dia para outro, desestabilizando a economia brasileira, que precisa desses capitais externos. Portanto, neste momento de instabilidade externa, o presidente tem que falar para o “mercado”, de onde vem a ameaça

imediata de danos maiores. Foi o que ele fez.

Para os investidores externos, o déficit público é o problema essencial, um buraco nos fundamentos da economia. Não se preocupam exatamente com o índice de desemprego. Entendem que, em certas circunstâncias, é o preço a pagar em políticas de ajuste. Mas se inquietam com o impacto político de índices altos de desemprego.

A questão é a seguinte: acossado pela opinião pública, o presidente, candidato à reeleição, pode vir a tomar medidas que reduzem o desemprego no curto prazo, como a expansão do gasto público, mas deterioram os fundamentos econômicos, pelo aumento do déficit. Ou pode ser tentado a derrubar os juros mais rapidamente, para estimular a economia e gerar mais empregos, mas com isso desestimulando investimentos externos e, pois, perdendo reservas.

É uma situação clássica, que se repete pelo mundo afora: a resistência política a medidas de ajuste deteriora a situação econômica. Antecipando o quadro, os investidores abandonam o país.

Fernando Henrique certamente tinha isso na cabeça quando disse, na entrevista de quarta-feira: “Quando for necessário atuar, eu atuo, não penso em ou-

tra coisa.” Essa “outra coisa” é, obviamente, a eleição.

O presidente lembrou que já tomou medidas duras em outubro e novembro últimos, que causaram “as dificuldades que pagamos hoje”. Ou seja, o presidente assegurou que paga o preço da estabilidade.

E insistiu: “Não tivesse eu tomado as medidas que tomei em outubro... Olhem a Indonésia, olhem a Rússia, olhem a Indonésia.” O presidente referiu-se também, sem que ninguém lhe perguntasse, à Rússia, “que não tem as reservas que nós temos”.

Indonésia e Rússia estão no centro da atual instabilidade externa e o “mercado” tende a misturar os países emergentes, categoria mais ou menos vaga que inclui Brasil, Rússia e Indonésia. O objetivo do presidente foi mostrar que há uma “diferença imensa”, que o Brasil reagiu conforme uma política econômica consistente, um “rumo” que será mantido.

Fernando Henrique encaixou também um recado sobre a democracia. Lembrou que as reformas precisam de votos do Congresso, que isso é demorado e é assim nos regimes democráticos.

Demorado, mas duradouro. Há uma óbvia insinuação com a situação da Indonésia, cuja crise econômica é maior porque o país precisa também livrar-se de uma ditadura.

Em resumo, o presidente disse o que precisava dizer. Reafirmou seu compromisso com a estabilidade da moeda

O presidente da República deixou claro que pagará o preço da estabilidade da moeda

Ninguém vai mudar resultado eleitoral porque vai aumentar o déficit (via gasto eleitoreiro). O déficit aumentado só vai atrapalhar o Brasil, não vai resolver problema de ninguém.”

Mas lembrou que o déficit, controlado, deve cair no segundo semestre, já em consequência da redução dos juros e, assim, da despesa financeira.

Como recado, está completo. Resta saber se o “mercado” vai comprá-lo. Isso depende da confiança no presidente, mas também dos fatos, da efetiva ação do governo. Ou seja, o presidente explicou bem a política econômica. Precisa agir com a mesma eficiência.